

Medidas já previstas no memorando

Pública - 31/10/2012



Opinião Conceição Gomes

A justiça assume pouca relevância num guião que pretende apontar caminhos e orientações para um período pós-troika. O texto dedica-lhe pouco mais do que dois parágrafos e tem sobre este setor uma visão parcelar.

Descontando as medidas com impacto em todos os setores do Estado, como as que se referem ao vínculo laboral dos funcionários públicos, a justiça é evidenciada no texto com a referência a algumas medidas já tomadas, como as alterações ao Código de Processo Civil, mas sem analisar os seus impactos e com o anúncio de algumas medidas de âmbito gestório com o objetivo de aumentar a eficiência dos tribunais.

Estas medidas, no essencial, já estavam previstas no *Memorando de Entendimento*, situando-se no âmbito da reforma do mapa judiciário. É possível que venham a ter algum do impacto pretendido, mas não mudarão, no essencial, a face da justiça se não forem integradas numa agenda estratégica de reforma que incorpore uma visão sistémica do sistema de justiça, ainda que apenas nas suas linhas orientadoras, que este documento não contém.

Aliás, é sintomático que a justiça, tal como outros setores essenciais do Estado, não seja uma das matérias sobre as quais se preconiza um acordo alargado entre os partidos políticos e os parceiros sociais.